

Veto de Bolsonaro a Refis causa indignação e põe pequenos negócios em xeque, dizem empresários

Líderes de entidades empresariais demonstram indignação com o veto integral do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao projeto de lei que pretendia abrir um programa de renegociação de débitos tributários (Refis) para MEIs (microempreendedores individuais) e empresas enquadradas no Simples Nacional.

Segundo eles, a proposta representaria um fôlego para os negócios após os prejuízos causados pela pandemia em 2020 e 2021.

Em um contexto de pressão de custos e redução do poder de compra dos consumidores, como é o caso atual, os empresários avaliam que o impasse pode colocar em xeque o futuro

de empresas de menor porte.

“O veto mostra claramente que o senhor presidente da República não está comprometido com o emprego e manutenção das atividades”, afirma o presidente do Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo), Joseph Couri.

“Estamos falando de um momento de aumento de preços, de pressão de custos para as empresas e de perda do poder de consumo da população”, diz.

Ao vetar o projeto, Bolsonaro atendeu ao Ministério da Economia e à AGU (Advocacia-Geral da União), que apontaram risco de violação da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e de dispositivos da LDO (Lei de Diretrizes

Orçamentárias) e da Constituição.

A decisão foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (7). Na volta do ano legislativo, em fevereiro, parlamentares analisarão o veto, podendo derrubá-lo.

Como mostrou reportagem do jornal Folha de S.Paulo, a jurisprudência do TSE é controversa sobre o tema, e a equipe jurídica aconselhou o presidente a não arriscar ficar inelegível no ano em que buscará novo mandato. O veto, contudo, causou irritação no Congresso Nacional, que já articula a derrubada.

No meio empresarial, a promessa também é de mobilização em busca da reversão e de uma nova saída para o assunto.

Leonardo Vieceli/Folhapress



Economia



Valor da cesta básica aumenta em todas as capitais em 2021

Página - 03

Congresso tira 50% da verba de Guedes, e pasta vê risco de paralisação das atividades Pág - 03



XP compra Banco Modal por R\$ 3 bi e reforça aquisições em cenário de juros altos

Página - 05



Política

Lula mira redes sociais para atrair evangélicos, e Bolsonaro busca fidelizar igrejas

Página - 04

Líderes do centrão defendem chapa de Tarcísio com Janaina Paschoal em SP

Página - 04

No Mundo

Presidente do Cazaquistão manda 'atirar para matar' manifestantes



O presidente do Cazaquistão, Kassim-Jomart Tokaiev, afirmou nesta sexta (7) que deu ordem para “atirar para matar sem aviso prévio” qualquer manifestante que proteste contra seu governo, como forma de tentar encerrar a crise que engolfou a ex-república soviética nesta semana.

Desde domingo (2), atos contra aumento no preço de um combustível usado no país, o GLP, espiralaram para uma revolta nacional. Segundo o governo, 26 ativistas, chamados por ele de “bandidos terroristas”, foram mortos, além de 18 policiais.

O número de feridos é incerto, mas deve passar de

mil. Na quarta (5), dia em que o caldo entornou com ataques a prédios públicos e invasões nas principais cidades do país, inclusive a maior, Almati, o governo desligou a infraestrutura da internet e da telefonia móvel.

Assim, os relatos de violência são muito esparsos e confusos. Nesta noite de quinta para sexta, a agência russa Tass reportou tiroteios em Almati, por exemplo, mas aparentemente não há mais as cenas de descontrole com multidão na rua pelo país.

“Terroristas continuam destruindo propriedade e usando armas contra civis. Eu dei a ordem para forças de segurança de atirar para matar sem aviso prévio”, disse

Tokaiev em um pronunciamento na TV estatal.

Ele insistiu que ouviria as “demandas pacíficas”, lembrando que mandou congelar os preços dos combustíveis por seis meses, mas que não negociaria com terroristas. “Estamos lidando com bandidos armados e treinados, localmente e no exterior. Eles têm de ser destruídos, e o serão brevemente”, afirmou.

Tokaiev agradeceu o presidente Vladimir Putin, da Rússia, por ter atendido seu pedido de ajuda e organizado a primeira missão militar da OTSC, uma aliança militar de países ex-soviéticos criada em 1999 por Moscou que nunca tinha tido maior valia prática.

Igor Gielow/Folhapress

Mortes por Covid na Índia podem ter ultrapassado 3 milhões, diz estudo da Science



A subnotificação de casos e mortes por Covid-19 na Índia é um tópico já bastante comentado, mas um estudo publicado nesta quinta-feira (6) pela revista Science, um dos mais prestigiados periódicos científicos do mundo, projeta o fenômeno em números.

Segundo as conclusões dos pesquisadores, o número de vítimas indianas do coronavírus pode ter ultrapassado a marca de 3 milhões, enquanto a cifra oficial contabiliza 483 mil.

O artigo da Science traz dados do Programa das Na-

ções Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que apontam para um déficit massivo no registro das mortes no país asiático. De um total de 10 milhões de mortos estimados pelo PNUD em 2020, mais de 3 milhões não foram registrados e 8 milhões não contam com atestado médico.

Como as estatísticas oficiais carecem de fontes ou mesmo de confiabilidade, os pesquisadores desenvolveram modelos matemáticos que, se não expõem exatamente o cenário epidemiológico da Índia, ao menos chegam mais perto da realidade.

O estudo se baseia nas evidências de que aumentos no índice geral de mortalidade em meio a um pico de transmissão do coronavírus – como o que a Índia registrou no ano passado, com hospitais, crematórios e cemitérios abarrotados – podem ser atribuídos quase em sua totalidade à pandemia de Covid.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), como o artigo da Science destaca, este é um método bruto de fazer a contagem, porém útil em situações onde não há bases de dados confiáveis sobre a pandemia.

Folhapress

Ataques de piranhas matam 4 e ferem mais de 20 no Paraguai

Em apenas seis dias de 2022, o Paraguai registrou quatro mortes e pelo menos 20 pessoas feridas em violentos ataques de piranhas. Os casos deixaram moradores que residem próximo ao rio Paraguai preocupados.

Segundo o jornal paraguaio La Nacion, no último domingo (2), um jovem de 22 anos desapareceu durante passeio de família perto do rio Paraguai, ao sul da capital Assunção, em Itá Enramada. Ele foi encontrado com vida, depois de 45 minutos de busca com várias marcas de mordidas de piranhas pelo corpo.

Também no rio Paraguai, na cidade de Puerto Rosario, o corpo de um homem de 49 anos foi encontrado com várias marcas de mordidas no rosto. Segundo o relatório da polícia, ele se afogou após ser ferido pelas piranhas.

Na terça-feira (4), um terceiro corpo foi encontra-

do apresentando marcas de mordidas. O desaparecimento do homem foi registrado no dia anterior. O laudo do médico legista apontou que o homem morreu de asfíxia por submersão.

Outros dois jovens foram mortos em ataques de piranhas em um braço do rio Tebicuary, em Villa Flórida. Seus corpos também foram encontrados com marcas de mordidas, informou o jornal.

Além das mortes, há registros de dezenas de banhistas que relataram ataques de piranhas na região. De acordo com o relatório, 20 pessoas ficaram feridas com os ataques que seguem sendo investigados.

As piranhas são espécies de peixes onívoros que não costumam agredir o homem, exceto em épocas de seca ou quando são caracteristicamente agressivas durante a época de reprodução, de outubro a março.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Valor da cesta básica aumenta em todas as capitais em 2021



O valor da cesta básica aumentou em 2021 nas 17 capitais onde o Dieese realiza a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.

Segundo os dados, na comparação de dezembro de 2021 com o mesmo mês do ano anterior, as altas mais expressivas ocorreram em Curitiba (16,3%), Natal (15,42%), Recife (13,42%), Florianópolis (12,02%) e Campo Grande (11,26%).

A pesquisa mostrou que, de novembro para dezembro de 2021, o valor da cesta básica subiu em oito cidades, com destaque para Salvador (2,43%) e Belo Horizonte (1,71%). A redução mais importante foi registrada em Florianópolis (-2,95%).

Em dezembro de 2021,

o maior custo da cesta foi o de São Paulo (R\$ 690,51), seguido de Florianópolis (R\$ 689,56) e Porto Alegre (R\$ 682,90).

Entre as cidades do Norte e Nordeste, localidades onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram observados em Aracaju (R\$ 478,05), João Pessoa (R\$ 510,82) e Salvador (R\$ 518,21).

Segundo as estimativas do Dieese, em dezembro de 2021, o salário-mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 5.800,98 o que representa 5,27 vezes o atual salário-mínimo, de R\$ 1.100.

Em novembro, o mínimo necessário correspondeu a R\$ 5.969,17 ou 5,43 vezes o piso

vigente. Em dezembro de 2020, o salário-mínimo necessário foi de R\$ 5.304,90, ou 5,08 vezes o piso em vigor, que equivalia a R\$ 1.045,00.

Os dados mostram que, entre dezembro de 2020 e de 2021, tiveram alta acumulada de preços em quase todas as capitais pesquisadas a carne bovina de primeira (de 5% em Aracaju a 18,76%, em Porto Alegre), açúcar (entre 32,12% em Fortaleza e 73,25% em Curitiba), óleo de soja (de 8,94% em Goiânia a 11,68% em Campo Grande), pó de café (entre 39,42% em São Paulo a 112,44% em Vitória) e o tomate -com variações expressivas em Natal (102,29%), Vitória (58,53%), Florianópolis (43,85%), Rio de Janeiro (42,39%) e Belo Horizonte (36,76%).

Bolsa tem ganhos moderados em sessão marcada por dados de emprego nos EUA

Após marcar na sessão passada a primeira alta de 2022, depois de fechar em queda nos três primeiros pregões do ano, a Bolsa de Valores brasileira volta a oscilar no terreno positivo nesta sexta-feira (7).

Por volta das 11h15, o Ibovespa, principal índice acionário do mercado local, operava em leve alta de 0,39%, negociado aos 101.959 pontos.

O destaque do dia nesta sexta fica com dados de criação de empregos nos Estados Unidos. A criação de vagas de trabalho no país ficou abaixo do esperado em dezembro, em meio à escassez de trabalhadores, e os ganhos no emprego podem permanecer moderados no curto prazo, à medida que as crescentes infecções por Covid-19 afetam a atividade econômica.

Foram criados 199 mil postos de trabalho fora do setor agrícola no mês passado, informou o Departamento do Trabalho em seu relatório de empregos nesta sexta. Os dados de novembro foram revisados para cima, para mostrar criação de 249 mil postos de trabalho, em vez dos 210 mil relatados anteriormente.

A taxa de desemprego caiu para 3,9%, ante 4,2% em novembro, ressaltando o aperto nas condições de mercado de trabalho.

Economistas consultados pela agência de notícias Reuters esperavam abertura de 400 mil vagas e queda na taxa de desemprego a 4,1%.

Os dados pouco abaixo do previsto podem ser recebidos de maneira positiva pelos investidores, à medida que podem postergar o início do aperto nas condições financeiras e monetárias nos Estados Unidos.

Folhapress



Congresso tira 50% da verba de Guedes, e pasta vê risco de paralisação das atividades



O ministro Paulo Guedes foi o titular de pasta do governo Jair Bolsonaro (PL) que mais viu verbas encolherem durante a tramitação do Orçamento de 2022.

Para a equipe do Ministério da Economia, a tesourada de R\$ 2,5 bilhões feita pelo Congresso pode comprometer atividades já neste primeiro semestre. Agora o time de Guedes tenta encontrar saídas para o problema.

A tesourada é vista por integrantes do próprio governo como uma retaliação do Congresso a Guedes, com quem o Legislativo tem uma relação turbulenta.

Em contraste, ministérios de aliados dos congressistas

ou com ações que beneficiam redutos eleitorais —como Cidadania, Desenvolvimento Regional e Infraestrutura— tiveram aumento ou cortes marginais.

O corte na Economia foi de 52% em relação à proposta inicial do governo, caso desconsiderada a verba do Censo Demográfico —gasto extraordinário da Economia blindado por decisão do STF.

Ainda que o levantamento entrasse na conta, no entanto, a pasta continuaria sendo a mais prejudicada, com uma redução de 34%.

O clima na equipe econômica é de insatisfação com o relator-geral do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ).

Relatos ouvidos pela re-

portagem afirmam que ele “pisou na bola” e que o governo terá de consertar o que são considerados erros enormes. O deputado foi procurado, mas não respondeu aos questionamentos.

O ministério ainda está fazendo um levantamento detalhado sobre o impacto do corte e a partir de que mês os programas da pasta ficarão prejudicados. O diagnóstico até agora é que as atividades podem ficar comprometidas por falta de recursos já a partir de maio caso nada seja feito.

Com exceção da verba do Censo —destinada ao IBGE—, o corte de pouco mais de 50% atingiu todas as unidades orçamentárias do Ministério da Economia.

Fábio Pupo/Folhapress

Política

Lula mira redes sociais para atrair evangélicos, e Bolsonaro busca fidelizar igrejas



Apouco menos de dez meses das eleições presidenciais, aliados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do presidente Jair Bolsonaro (PL) elegeram os evangélicos como um dos principais focos de disputa.

Cada lado, porém, usará métodos diferentes para tentar ampliar a vantagem nesse eleitorado. Segundo petistas, o partido quer atrair esse segmento pela base, por meio do discurso voltado para a economia.

Já Bolsonaro, de acordo com aliados, mira a cúpula das igrejas em busca de fidelizá-las com o apelo da pauta de costumes.

Segundo dados da pesquisa Datafolha divulgada em 16 de dezembro, 39%

dos evangélicos votariam em Lula contra 33% de Bolsonaro no primeiro turno. No segundo turno, há empate técnico: 46% dos religiosos declaram intenção de eleger o petista, enquanto 44% escolheriam Bolsonaro.

Para o atual mandatário, esse eleitorado garante parte da marca conservadora que ele embute em seu governo, como a defesa da família e costumes.

Ainda que seja católico, Bolsonaro conta com a simpatia da cúpula das principais denominações do segmento. A indicação recente do ex-AGU André Mendonça para o STF foi uma promessa aos evangélicos.

Bolsonaro não retirou o nome do pastor apesar da resistência no Senado e até

dentro do governo. Diante da pressão dos evangélicos, foi alertado do estrago que isso poderia causar com eles.

Para Bolsonaro, é importante fidelizar essa parcela do eleitorado, uma vez que representa aproximadamente um terço da população.

Em outra frente, dirigentes petistas avaliam que o grupo é relevante por representar segmentos que o partido visa atingir. Os evangélicos, segundo pesquisas analisadas pelo PT, são predominantemente pobres, negros e mulheres, em tese, o “público-alvo” do PT, em quem Lula mirou e teria de novo a intenção de beneficiar em programas sociais. Daí a relevância dessa faixa da população para os petistas.

Julia Chaib/Folhapress

Líderes do centrão defendem chapa de Tarcísio com Janaina Paschoal em SP



Líderes do centrão próximos de Jair Bolsonaro (PL) defendem a presença da deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP) na chapa que será encabeçada pelo ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) em São Paulo.

Esta possibilidade não é rechaçada pelo próprio auxiliar de Jair Bolsonaro —pelo contrário. Nos últimos dias, o titular da Infraestrutura disse a pessoas próximas que a vê como potencial candidata ao Senado.

O ministro chegou a dizer à própria Janaina no ano passado que seria até uma possibilidade tê-la como candidata a vice ou a senadora na chapa.

Dirigentes de partidos do centrão que fazem parte do

Moro repete discurso lava-jatista na Paraíba e diz que vaias foram pagas

O ex-ministro Sergio Moro investiu no discurso lava-jatista durante o segundo dia de visita à Paraíba. O pré-candidato do Podemos à Presidência cumpre agendas na região metropolitana de João Pessoa nesta sexta-feira (0).

Durante entrevista a uma rádio local, Moro criticou o STF pelas decisões que anularam as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no âmbito da Operação Lava Jato. Além disso, o ex-juiz negou que tenha sido parcial contra o petista nos julgamentos.

“Infelizmente, alguns tribunais, inclusive o STF, parte dele, têm anulado condenações, não dizendo, porque eles não conseguem, que as pessoas são inocentes, mas dizendo que não podiam ter sido julgados em Curitiba e que o juiz tinha animosida-

de em relação ao acusado. Fiz meu trabalho aplicando a lei”, afirmou.

“A anulação da condenação do ex-presidente Lula foi um baita erro Judiciário”, disse.

Apesar das críticas às decisões, Moro disse que respeita o STF como instituição e teceu elogios ao presidente da corte, ministro Luiz Fux, de quem é próximo.

“Tenho grande respeito pelo STF como instituição. O presidente do Supremo é uma grande personalidade e tem um sério compromisso no combate à corrupção.”

Na entrevista, o ex-juiz também defendeu a criação de uma corte específica para julgar casos de corrupção no Brasil com juízes específicos para atuar junto a esse tipo de caso. Em paralelo, Moro reafirmou a defesa do fim do foro privilegiado para políticos.

José Mathews Santos/Folhapress



entorno do presidente também defendem Janaina na composição com Tarcísio no palanque bolsonarista em São Paulo. A avaliação é que, por ser mulher e ter tido apoio expressivo no estado em 2018, agregaria mais ao ministro eleitoralmente.

Os 2 milhões de votos que conquistou garantiram-lhe a condição de deputada estadual mais bem votada em São Paulo, e a convicção de que, para um mandato de deputada federal, também poderia ser eleita.

A aproximação de Janaina com Tarcísio começou no final do segundo semestre do ano passado.

A autora do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) procurou o minis-

tro em setembro se apresentando e dizendo que, caso ele pretenda disputar o governo do estado, precisaria de um paulista como vice e que ela poderia ajudar a pensar em alguém.

Desde então, começaram a conversar. No final de novembro, tiveram o primeiro encontro na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo). A interlocutores Janaina saiu dizendo que estaria encantada, e que seu voto era dele.

À reportagem a deputada estadual confirmou: “A palavra que eu uso para você é esta: encantada. Fiquei encantada, entendeu? Vou trabalhar para este homem ser o nosso governador”.

Julia Chaib/Folhapress

Fusões & Aquisições

XP compra Banco Modal por R\$ 3 bi e reforça aquisições em cenário de juros altos



Ao anunciar na manhã desta sexta-feira (7) a aquisição do Banco Modal, avaliando a instituição financeira em cerca de R\$ 3 bilhões, a XP Inc. reforça ainda mais sua estratégia de crescer no mercado de maneira inorgânica, se valendo do poder de fogo para incorporar negócios nos quais enxerga potencial relevante de ganhos de sinergia.

Na terça-feira (4) desta semana, a XP já havia anunciado celebração de acordo para aquisição de uma participação minoritária estratégica no Grupo Suno, envolvendo a casa de análise independente Suno Research, a gestora de recursos Suno Asset, entre outras frentes de conteúdo, dados e análise

sobre o mercado financeiro. As movimentações neste início de ano dão prosseguimento à postura já observada ao longo de 2021, quando a plataforma de investimento fundada por Guilherme Benchimol promoveu um importante movimento de consolidação no mercado local.

Ao longo do ano passado, a XP adquiriu participações minoritárias em uma série de gestoras de recursos de fundos multiestratégia como AZ Quest, Vista Capital, Jive, Capitânia e Giant Steps, entre outras.

Segundo comunicados divulgados à época das aquisições, elas fazem parte da estratégia da XP de desenvolver o “mais completo ecossistema de gestores e distribuidores” do país.

“Adicionalmente, o desenvolvimento de gestoras independentes vai de encontro a nossa estratégia ao contribuir com o aumento da liquidez no mercado secundário, o que por sua vez ajuda no processo de democratização de produtos de investimento para mais brasileiros.”

Além disso, em linha com a compra recente de uma fatia na Suno, na janela dos últimos 12 meses, a XP também fez movimentos de consolidação com o foco em casas de análises independentes de pesquisa de ações.

Levante e Ohm Research se tornaram alvos da corretora, que já havia estabelecido parceria com a jornalista Luciana Seabra para formar a Spiti no final de 2019.

Lucas Bombana/Folhapress

A grande aposta – e compra – da Stefanini em serviços financeiros



No ano passado, Marco Stefanini, fundador e CEO global do Grupo Stefanini, anunciou que investiria R\$ 500 milhões em aquisições entre 2021 e 2024. Depois de vários M&As no ano passado e de uma nova compra agora em 2022, mais de 80% desse montante já foi desembolsado – e, segundo ele, vem muito mais por aí.

“Estamos olhando para empresas mais maduras, que alavanquem nossos negócios mais rápido”, diz Stefanini, com exclusividade ao Neofeed. Uma delas acaba de ser incorporada pela Topaz, a marca de soluções financeiras do grupo Stefanini.

A companhia anuncia hoje a aquisição da COBIS,

Nubank conclui aquisição da startup Olivia

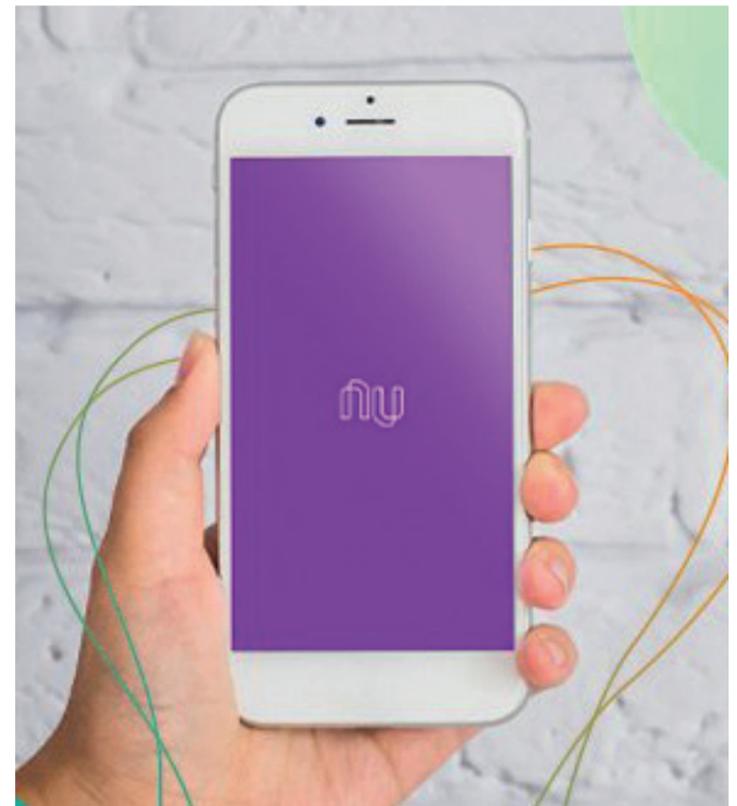
A Nubank informou que concluiu hoje a aquisição do capital social da Olivia AI Inc. e, indiretamente, da Olivia AI do Brasil, conforme anunciado em 18 de novembro.

De acordo com o comunicado, o grupo Nubank pretende “integrar a plataforma e os serviços prestados pela Olivia com os produtos e serviços oferecidos pelo Nubank, bem como valer-se das capacidades estratégicas em ciência de dados e de um time alta-

mente especializado, que vão permitir que o Grupo Nubank continue criando e oferecendo produtos baseados em inteligência artificial”.

Criada em 2016 nos Estados Unidos, a Olivia é uma startup de educação financeira que oferece soluções para controle financeiro e de gastos, com base nos hábitos dos usuários, por meio de inteligência artificial. A empresa chegou ao Brasil em 2019, com a proposta de desenvolver serviços financeiros inteligentes.

Biznews



empresa sediada nos Estados Unidos, com forte presença na América Latina. Com 600 funcionários, a companhia fornece soluções de core bancário e é uma das líderes em países como Argentina, Colômbia e Equador.

O valor do negócio não foi revelado, mas trata-se da segunda maior aquisição da história do grupo, que já fez mais de 30 M&As desde a sua fundação em 1987 – só perde para a compra da também americana Tech Team, realizada pela Stefanini em 2010.

O negócio reforça a atuação da Topaz no mercado financeiro. Afinal, a empresa do grupo Stefanini vem fazendo seguidas aquisições nos últimos anos. Em dezembro de 2020, por exem-

plo, comprou duas verticais da Diebold Nixdorf, uma de prevenção de fraudes online e outra de automação bancária.

Em julho passado, a Topaz adquiriu 60% do Grupo CRK, que desenvolve softwares para tesouraria de bancos, como sistemas de renda fixa, derivativos, bolsa, fundos de investimentos, entre outros. “A área financeira é uma das que mais têm crescido dentro do grupo”, diz Stefanini.

É natural que isso esteja acontecendo, sobretudo por conta da revolução que tem tomado conta do mercado financeiro. Fintechs estão surgindo, empresas de outros setores querendo virar “banco” e os bancos tradicionais estão acompanhando esse movimento.

Neofeed

Meio Ambiente

Em novo ataque ao meio ambiente, governo sanciona projeto que acaba com proteção a matas em margens de rios



O projeto que permite o desmatamento em margens de rios nas zonas urbanas e a regularização de imóveis construídos em Áreas de Preservação Permanente (APPs) foi transformado em lei pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

Considerada por parlamentares e ambientalistas um dos mais graves ataques à legislação ambiental dos últimos anos, a nova lei atinge em cheio o Código Florestal, que determinava em todo território nacional faixas de proteção entre 30 e 500 metros, dependendo da largura do curso d'água.

A partir de agora, as câmaras municipais das 5.568

cidades brasileiras terão autonomia, com algumas restrições, para definir qual metragem será preservada nas matas ciliares, cujo desmatamento aumenta riscos de enchentes, deslizamentos de terra e compromete a saúde dos corpos hídricos.

O texto prevê que os legislativos municipais devem criar regras que estabeleçam a não ocupação de áreas de risco de desastres. As normas também deverão seguir diretrizes dos planos de recursos hídricos, de bacia, de drenagem ou de saneamento básico, se houver.

A tramitação do texto no Congresso foi finalizada em 8 de dezembro, mas a sanção presidencial só foi publicada

no dia 30 do mesmo mês, no apagar das luzes de 2021, em meio às festas de fim de ano.

Vetado por Bolsonaro, o trecho do projeto que dispensava a exigência de uma faixa não edificável para cada trecho de margem foi excluído da lei publicada no Diário Oficial.

Nilto Tatto, deputado federal (PT-SP), relembra que, antes da aprovação, os parlamentares rejeitaram as emendas ao projeto feitas pelo Senado, que reduziram parte dos impactos ambientais, como a necessidade de análise técnica de áreas já ocupadas e a manutenção das regras atuais para áreas ainda não ocupadas.

Brasil 247

Investidor usa inteligência artificial para detectar green washing



A medida que o investimento sustentável se torna mais popular em Wall Street, as empresas estão fazendo tudo o que podem para se apresentarem como ecologicamente corretas e gerenciadas com ética. Mas as classificações ambientais, sociais e de governança (ESG) das quais gestores de dinheiro dependem, nem sempre fazem um bom trabalho em eliminar os greenwashers – empresas que falam muito, mas não executam as ações necessárias.

Andy Moniz, cientista de dados, sediado em Londres, na Acadian Asset Management, diz que não só descobriu uma abordagem melhor,

UE planeja rotular investimentos em gás e energia nuclear como “verdes”

A União Europeia está traçando planos para classificar alguns projetos de gás natural e energia nuclear como investimentos “verdes”, após uma batalha de um ano entre governos sobre quais os investimentos são realmente amigáveis ao clima.

A Comissão Europeia deve propor regras em janeiro para decidir se os projetos de gás e energia nuclear serão incluídos na “taxonomia de financiamento sustentável” da UE.

Esta é uma lista de atividades econômicas e os critérios ambientais que elas devem atender para serem rotuladas como investimentos verdes.

Ao restringir o rótulo “verde” a projetos realmente amigáveis ao clima, o sistema visa tornar esses investimentos mais atraentes para o capital privado e interromper a “lavagem verde”, em que empresas ou investidores exageram suas credenciais ecológicas.

Bruxelas também fez movimentos para aplicar o sistema a alguns fundos da UE, o que significa que as regras poderiam decidir quais projetos são elegíveis para determinados financiamentos públicos.

Um rascunho da proposta da Comissão, visto pela Reuters, classificaria os investimentos em usinas nucleares como verdes se o projeto tiver um plano, fundos e um local para descartar resíduos radioativos com segurança. Para serem consideradas verdes, as novas usinas nucleares devem receber licenças de construção antes de 2045.

Os investimentos em unidades de gás natural também seriam considerados verdes se produzirem emissões abaixo de 270g de CO2 equivalente por quilowatt-hora (kWh), substituírem uma usina de combustível fóssil mais poluente e receberem uma licença de construção até 31 de dezembro de 2030.

Reuters



como também consegue ganhar dinheiro negociando com ela. Moniz está usando ferramentas sofisticadas como processamento de linguagem natural e aprendizado de máquina para descobrir o que as empresas realmente estão fazendo. “Fiquei frustrado com o que os provedores de dados ESG estavam fazendo”, diz ele. “Muitas vezes, essas empresas estão apenas confiando em respostas sim ou não para perguntas como ‘Esta empresa tem uma política de direitos humanos?’”. Esses dados estão extremamente desatualizados e ultrapassados”. Ele sentiu que poderia fazer algo melhor ao coletar esses dados por conta própria.

Uma investigação da Bloomberg Businessweek publicada em dezembro mostrou que, em vez de refletir os esforços de sustentabilidade das empresas, as classificações ESG tendem a se concentrar estritamente nos riscos para os acionistas. Portanto, uma empresa pode produzir altas emissões de carbono, mas ainda obter uma pontuação ESG decente se uma regulamentação mais rígida de seus negócios lhe parecer improvável. Moniz também está olhando principalmente para os interesses dos investidores em sua análise. Mas, mesmo com base nesse tipo de métrica, as classificações ESG ficam aquém, diz ele.

Bloomberg

Apus Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ em constituição

Instrumento Particular de Constituição de Sociedade Empresária do Tipo Limitada Apus Empreendimentos e Participações Ltda.

REC Mauá Empreendimentos Imobiliários S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 5º andar, conjunto 501, São Paulo-SP, representada por **Rômulo Otoni Andrade**, RG nº 12.693.054-4 SSP/RJ e CPF/ME nº 042.037.147-88, e **Dani Ajbeszyc**, RG nº 18.428.539 SSP/SP e CPF/ME nº 250.951.278-14, resolve constituir uma sociedade empresária unipessoal sob a denominação de **Apus Empreendimentos e Participações Ltda.**, cujo funcionamento será regulado de acordo com as seguintes cláusulas: **Contrato Social. Capítulo I – Nome Empresarial, Sede e Foro. Cláusula 1ª.** A sociedade é constituída sob a forma de sociedade empresária limitada e sob o nome empresarial de **Apus Empreendimentos e Participações Ltda.** (“Sociedade”), sendo regida pelo presente Contrato Social, pelas normas aplicáveis às sociedades limitadas e, supletivamente, pelas normas aplicáveis às sociedades anônimas de acordo com a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada. **Cláusula 2ª.** A Sociedade tem sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 501, Edifício Pedro Mariz, Birmann 31, Itaim Bibi. **§ Único.** A Sociedade poderá abrir, transferir e encerrar filiais, agências, representações, depósitos, escritórios ou outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por decisão do sócio. **Capítulo II – Objeto Social. Cláusula 3ª.** A Sociedade tem por objeto: (a) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou quotista; (b) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (c) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (d) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios. **Capítulo III – Prazo de Duração. Cláusula 4ª.** A Sociedade tem prazo indeterminado de duração. **Capítulo IV – Capital Social. Cláusula 5ª.** O capital social é de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 quotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada, todas detidas pela sócia REC Mauá Empreendimentos Imobiliários S.A. **§ 1º.** O capital social será integralizado em moeda corrente nacional até 31/12/2021. **§ 2º.** A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, na forma do disposto no Artigo 1.052 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada (“Código Civil”). **§ 3º.** As participações sociais são indivisíveis em relação à Sociedade, exceto para os fins do Artigo 1.056 do Código Civil. **Capítulo V – Administração. Cláusula 6ª.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta por até 7 membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e os demais sem designação específica, que poderão ser sócios ou não da Sociedade, devendo ser residentes e domiciliados no país. **§ 1º.** São indicados como Diretores (a) **Mauro Oliveira Dias**, RG nº 28.855.146-8 DIC/RJ, CPF/ME nº 820.424.547-53, ao cargo de Diretor Presidente; (b) **Ricardo Gianotti Antonelli**, RG nº 20.637.117 SSP/SP, CPF/ME nº 302.930.948-70, ao cargo de Diretor sem designação específica; (c) **Cleber Saccoman**, RG nº 22.142.519-6 SSP-SP, CPF/ME nº 177.408.698-05, ao cargo de Diretor sem designação específica; (d) **Rômulo Otoni Andrade**, RG nº 12.693.054-4 SSP/RJ, CPF/ME nº 042.037.147-88, ao cargo de Diretor sem designação específica; (e) **Dani Ajbeszyc**, RG nº 18.428.539 SSP/SP, CPF/ME nº 250.951.278-14, ao cargo de Diretor Financeiro; (f) **Mariana Ester Tonelli Ventura Milnitsky**, RG nº 32.123.341-4 SSP/SP, CPF/ME nº 219.821.388-58, ao cargo de Diretora sem designação específica; e (g) **Rafael Hessel Bruce**, RG nº 19.514.819 SSP/SP, CPF/ME nº 322.514.188-73, ao cargo de Diretor sem designação específica. Os Diretores permanecerão em seus cargos por prazo indeterminado, até nova decisão do sócio. **§ 2º.** A remuneração a ser paga aos Diretores, incluindo-se o pró-labore, será determinada pelo sócio. **§ 3º.** A cessação ou destituição do cargo de administrador da Sociedade deverá ser averbada no registro competente no prazo máximo de 10 dias contados da data da ocorrência, seja por ter havido a destituição do administrador, seja em razão de sua renúncia. **Cláusula 7ª.** A Sociedade será representada e validamente se obrigará: (a) para a prática de atos que envolvam valores superiores a R\$ 250.000,00, pela: (a) assinatura conjunta do Diretor Presidente e de outro Diretor, inclusive o Diretor Financeiro; (b) assinatura conjunta do Diretor Financeiro e de outro Diretor, inclusive o Diretor Presidente; ou (c) assinatura conjunta de qualquer Diretor com um procurador, nomeado nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato; (b) para a prática de atos que envolvam valores iguais ou inferiores a R\$ 250.000,00, pela: (a) assinatura conjunta de quaisquer dois

Diretores; ou (b) assinatura conjunta de qualquer Diretor com um procurador, nomeado nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato; e (c) para a prática de atos que envolvam valores iguais ou inferiores a R\$ 50.000,00, pela: (a) assinatura conjunta de quaisquer dois Diretores; ou (b) assinatura conjunta de qualquer Diretor com um procurador, nomeado nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato; ou (c) assinatura conjunta de dois procuradores, nomeados nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato. **§ 1º.** As procurações outorgadas pela Sociedade serão sempre assinadas por 2 Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e ter prazo certo de duração, limitado a 1 ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado, observado que na outorga de procuração para prática de atos de valores superiores a R\$ 250.000,00 a Sociedade deverá ser representada pela: (a) assinatura conjunta do Diretor Presidente e de outro Diretor, inclusive o Diretor Financeiro; ou (b) assinatura conjunta do Diretor Financeiro e de outro Diretor, inclusive o Diretor Presidente. **§ 2º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de qualquer dos Diretores e/ou procuradores da Sociedade que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, respondendo o infrator por perdas e danos. **Capítulo VI – Decisões do Sócio. Cláusula 8ª.** As decisões do sócio serão tomadas em atos escritos e lavrados na forma de ata, de acordo com os termos e condições estabelecidos neste instrumento, salvo de outro modo previsto em lei aplicável. **§ Único.** O sócio poderá ser representado por procurador devidamente constituído na forma do Artigo 1.074, § 1º, do Código Civil, que deverá ter mandato específico para esse fim, em instrumento com firma reconhecida. **Cláusula 9ª.** O sócio único deverá, pelo menos 1 vez ao ano, nos 4 meses seguintes ao término do exercício social, na forma do Artigo 1.078 do Código Civil: (a) tomar as contas do(s) administrador(es) da Sociedade e examinar e decidir sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (b) designar ou destituir administradores, quando for o caso; e (c) decidir a remuneração dos administradores ou qualquer outra questão. **§ 1º.** Até 30 dias antes da decisão a que se refere esta Cláusula 9ª, os documentos referidos no item (a) acima deverão estar à disposição do sócio. O cumprimento desta formalidade pode ser expressamente dispensado pelo sócio. **§ 2º.** As seguintes matérias estarão sujeitas à aprovação do sócio: (a) expansão dos negócios da Sociedade, incluindo a criação de novas atividades, bem como o encerramento, cancelamento ou transferência de propriedade ou uso dos negócios da Sociedade; (b) abertura e/ou encerramento de filiais da Sociedade; (c) aquisição e/ou alienação de qualquer participação societária em outras sociedades; (d) exercício do direito de voto conferido por ações ou quotas detidas em outras sociedades; (e) aquisição, alienação, hipoteca, locação ou qualquer outra forma de oneração ou alienação de quaisquer bens imóveis; (f) aquisição, alienação, penhor, locação ou qualquer outra forma de oneração ou alienação de quaisquer bens móveis; (g) aquisição, alienação, penhor, locação ou qualquer outra forma de oneração ou alienação de patentes, marcas, know-how, licenças ou qualquer outro direito relacionado à propriedade industrial e/ou intelectual; (h) concessão de qualquer garantia pela Sociedade em favor de terceiros; (i) propositura de qualquer ação ou renúncia relacionada com os assuntos fiscais, trabalhistas e/ou cíveis, bem como a submissão de litígios à arbitragem, negociação de acordos e condução de processos judiciais; e (j) liquidação voluntária, dissolução ou extinção da Sociedade, ou pedido voluntário de recuperação extrajudicial, recuperação judicial e/ou falência da Sociedade. **Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados. Cláusula 10.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantados o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico. **§ 1º.** As demonstrações financeiras da Sociedade serão elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade aceitos no Brasil e com a legislação vigente. **§ 2º.** Os resultados apurados ao final de cada exercício social deverão ter o destino que vier a ser determinado pelo sócio. **Cláusula 11.** A Sociedade poderá determinar o levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores e, por determinação do sócio, aprovar a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares com base nos lucros apurados nestes balanços e/ou à conta de reservas de lucros existentes. **Capítulo VIII – Dissolução da Sociedade. Cláusula 12.** A Sociedade entrará em liquidação por decisão do sócio ou nos casos previstos em lei. Neste caso, proceder-se-á à liquidação de seu ativo e passivo e o remanescente do patrimônio social, se houver, será atribuído ao sócio, que estabelecerá o modo de liquidação e nomeará o liquidante dentre pessoas físicas ou jurídicas de lida reputação residentes e domiciliadas no país. **Capítulo X – Resolução de Conflitos Societários. Cláusula 13.** Se quaisquer disputas, conflitos ou

discrepâncias (“Conflito”) de qualquer natureza surgirem em relação a este instrumento, o sócio, diretores e a Sociedade (“Partes”) deverão utilizar seus melhores esforços para solucionar o Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé e, caso falhem em chegar a um consenso, então o Conflito será solucionado por arbitragem. **§ 1º.** A Arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, perante e de acordo com as regras da Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”). A Arbitragem será conduzida na língua portuguesa. **§ 2º.** A Arbitragem será conduzida por 3 árbitros. A Parte reclamante indicará um árbitro e a Parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pelo CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas Partes no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com as regras do CCBC. **§ 3º.** Qualquer Parte poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência. Portanto, o pedido de uma medida liminar ou cautelar, seja antes ou depois do início do processo de arbitragem, não deverá ser considerado inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste estatuto social. Para tal finalidade, fica eleito o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **§ 4º.** A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as Partes de acordo com seus termos. A sentença arbitral será tida pelas Partes como solução do Conflito entre elas, que deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme as leis aplicáveis a este estatuto Social. A sentença arbitral poderá incluir dispositivo sobre a alocação de custos, inclusive honorários advocatícios razoáveis e despesas. Cada Parte deverá arcar com seus próprios custos durante a condução da arbitragem, e a Parte à qual for proferida uma sentença arbitral desfavorável deverá reembolsar a outra Parte por toda e qualquer despesa e custo razoável incorrido, inclusive, mas não limitado a, honorários advocatícios e despesas com viagens, conforme vir a ser estipulado na sentença arbitral. A execução da sentença arbitral poderá ser realizada por qualquer juízo que tenha jurisdição sobre as Partes ou seus ativos. **§ 5º.** A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de todo e qualquer Conflito, bem como à execução, interpretação e validade desta Cláusula. **Cláusula 14.** Cada uma das Partes da arbitragem permanecerá com o direito de requerer perante o Poder Judiciário com o objetivo exclusivo de: (i) assegurar a instituição da arbitragem, (ii) obter medidas urgentes necessárias para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório previamente à instauração do tribunal arbitral, e (iii) obter ou garantir a execução específica das disposições deste estatuto, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arbitragem. Quaisquer pedidos ou medidas implementados pelo Poder Judiciário deverão ser imediatamente notificados à CCBC, devendo tal entidade informar ao Tribunal Arbitral, que poderá rever, conceder, manter ou revogar a medida de urgência solicitada. Para o exercício das citadas tutelas jurisdicionais, as Partes da arbitragem elegem o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Capítulo XI – Disposições Gerais. Cláusula 15.** No caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, a Sociedade deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão que assegure práticas diferenciadas de governança corporativa. **Cláusula 16.** A Sociedade disponibilizará ao(s) sócio(s) todos os contratos com partes relacionadas, acordos de sócios (em caso de ingresso de novo sócio) e programas de opção de aquisição de quotas ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Sociedade. **Cláusula 17.** Durante o prazo de duração da Sociedade, será vedada a emissão de partes beneficiárias. Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por lei especial, e nem condenados ou se encontrarem sob efeitos da condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 1 via digital. São Paulo, 08/11/2021. **REC Mauá Empreendimentos Imobiliários S.A.** Dani Ajbeszyc; Rômulo Otoni Andrade. **Diretores eleitos:** Mauro Oliveira Dias; Ricardo Gianotti Antonelli; Cleber Saccoman; Rômulo Otoni Andrade; Dani Ajbeszyc; Mariana Ester Tonelli Ventura Milnitsky; Rafael Hessel Bruce. **Advogado responsável:** Francisco Sergio Camargo Molist Arnaus OAB/SP 315.574. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.238.214.043 em 30/11/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da “Companhia” a se reunirem às 9:00, do dia 17/01/2022, na sede social, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, São Paulo-SP, facultada a participação digital através do link <https://us02web.zoom.us/j/84338847188?pwd=ZmZkdDZmNmYyVWREU0N1VFcjRlQ090>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a. Deliberar acerca da eleição de membro da Diretoria; b. Deliberar acerca do ajuste na remuneração global dos membros da diretoria. São Paulo, 03/01/2022. **Leonardo Rosendo Fuza** – Diretor. (06, 10 e 12/01/2022)

Ouro sobe com dólar, mas recua na semana com escalada de juros dos Treasuries



Tensões geopolíticas preocupam investidores e penalizam mercados da Rússia

Os mercados da Rússia ficaram sob pressão inesperada, com investidores cada vez mais preocupados sobre uma possível invasão da Ucrânia e os repentinos distúrbios no vizinho Casaquistão. Com isso, nesta semana o rublo bateu mínima em mais de oito meses frente ao dólar, antes de se recuperar um pouco nesta sexta-feira, e bônus soberanos em moeda local e dólar tiveram ondas de vendas.

A diferença dos retornos entre o bônus denominado em dólar do governo russo e dos Treasuries americanos

com vencimento para 2023 mais que dobrou desde novembro, de cerca de meio ponto porcentual para 1 ponto. O índice Moex, do mercado acionário russo, recuou 8% no trimestre passado e caía mais nesta semana.

O movimento ocorre no momento em que o país se beneficia de alguns aspectos positivos, como os preços elevados do petróleo e a elevação de juros pelo banco central para apoiar a moeda local. Investidores dizem que a geopolítica, não a economia, move os mercados russos neste momento.

IstoéDinheiro

Ouro fechou em alta nesta sexta-feira, 7, sob apoio da desvalorização do dólar ante moedas rivais. Como o metal é cotado na moeda norte-americana, a queda da divisa tende a beneficiá-lo pois o torna mais barato a investidores que negociam com outras moedas. Na semana, contudo, a forte alta nos juros dos Treasuries em meio às discussões sobre aperto monetário do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) devolveram o ouro a patamar inferior a US\$ 1,8 no mercado futuro.

Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro com entrega prevista

para fevereiro teve avanço diário de 0,46%, a US\$ 1.797,40 por onça-troy. No acumulado semanal, porém, houve recuo de 1,74% no contrato.

A depreciação do dólar veio à medida que a inflação na zona do euro acelerou à taxa recorde de 5% ao ano em dezembro. A moeda comum, principal componente do índice DXY, se fortaleceu em resposta ao indicador, já que ele aumenta a pressão para que o Banco Central Europeu (BCE) comece a retirar estímulos monetários à economia.

Este processo, já iniciado nos EUA, pode se intensificar ao longo de 2022 também por conta da alta inflação e da situação apertada do mercado

de trabalho na principal potência global. A ata da última reunião monetária do Fed e o relatório de empregos – conhecido como payroll – de dezembro indicaram ao longo da semana um aperto mais acelerado da política do BC americano.

Os juros dos Treasuries, que concorrem com o ouro como ativo de segurança, saltaram nas últimas sessões à medida que investidores se preparam para os próximos passos do Fed. “O ouro teve uma semana ruim, mas poderia ter sido muito pior quando você considera que o rendimento da T-note de 10 anos foi de 1,53% para 1,75%”, nota o analista Edward Moya, da Oanda.

Estado Conteúdo

Negócios

Magazine Luiza retoma liquidação presencial com fila na porta e descontos de até 80%



O Magazine Luiza retomou nesta sexta-feira (7) a realização do formato tradicional de sua queima de estoques anual. O evento reuniu fila de clientes que aguardavam, antes das 7h, a abertura da megaloja da rede localizada na Marginal Tietê.

Além do Magazine Luiza, grandes varejistas como Americanas e Tok&Stok também realizam liquidação com descontos de até 80% neste mês.

Realizada há 29 anos, usualmente na primeira sexta-feira do ano, a chamada "Liquidação Fantástica" do Magazine Luiza teve público restringido nos últimos anos. A retomada do evento, com entrada gradual do público e aplicação de álcool gel, foi possibilitada pelo avanço da

vacinação no país, segundo a empresa.

Na fila do lado de fora, o mecânico Wellington Aurélio, 41, aguardava com a família a entrada na loja para a compra de uma TV e uma geladeira. É sua terceira vez na liquidação anual da marca. "Estou há um ano pesquisando preços. Espero os itens saírem de linha e a liquidação de janeiro, porque as promoções são melhores do que na Black Friday".

Até domingo (9), a rede oferece desconto de até 80% em cerca de 25 mil itens, como eletrodomésticos e utensílios domésticos. De acordo com o Magazine Luiza, aparelhos de TV podem ser adquiridos com descontos superiores aos encontrados na última Black Friday, em novembro.

A aposentada Luciana Rodrigues Constância, 52, também foi a loja em busca de nova TV e geladeira, e aproveitou as promoções relâmpago de travesseiros a R\$ 10 e panela de pressão a R\$ 20. "Estamos pesquisando os preços há 15 dias em sites diferentes, mas acho mais seguro comprar na loja", diz.

Segundo o gerente de operações da unidade, William Augusto Lopes, a maior procura dos clientes é pelas promoções de eletrodomésticos e eletrônicos, itens mais afetados pela alta na inflação. O movimento da loja no saldão deste ano, que cerca de duas horas após a abertura ainda registrava fila na entrada, é similar ao registrado em 2019, antes da pandemia, diz Lopes.

Suzana Petropoulos/Folhapress

Demanda por babá de pet cresce com volta do turismo e do trabalho presencial

O retorno gradual ao trabalho presencial e a retomada do turismo aumentaram a demanda por um tipo de serviço que vem ganhando destaque no mercado pet, o de babá de bicho.

Assim como uma baby sitter, o profissional é contratado para cuidar de um animal de estimação na ausência de seu tutor.

O pet sitter dá comida e água, limpa a caixa de areia ou tapete sanitário, brinca e passeia com o animal, mas com uma particularidade: ele vai à casa do cliente, sem que o cão ou gato precise deixar o ambiente onde vive.

As vantagens são muitas para ambas as partes. Para o tutor, sai mais barato do que deixar o animal em algum tipo de hospedagem. Já o pet sitter tem flexibilidade de horário, não precisa estar disponível 24 horas por dia e não

precisa ter um espaço adequado para receber os animais.

A demanda pelo serviço na plataforma DogHero cresceu 120% no primeiro semestre de 2021, em relação ao mesmo período de 2020.

Já são 900 pet sitters cadastrados no estado de São Paulo, sendo 500 somente na capital. E o serviço não se limita a cães e gatos -pode ser contratado também para hamsters, répteis, porquinhos-da-índia e pássaros.

"As pessoas estão cada vez mais familiarizadas com essa modalidade e sentindo mais confiança para receber os profissionais em suas casas", afirma Flavia Nasser Goulart, 37, gerente de estratégia e novos negócios da DogHero.

A ex-bancária Mirna Moura, 53, é uma das pet sitters cadastradas pela plataforma e conta que tem trabalhado como nunca.

Flávia G.Pinho/Folhapress



Vinci compra terminal portuário da JCR no Paraná



A Vinci Partners acaba de fechar a aquisição do terminal Porto Pontal, no Paraná, que pertencia ao grupo JCR, do empresário curitibano João Carlos Ribeiro. O fundo vai investir R\$ 3 bilhões de forma escalonada para implementar o projeto, desenhado para ser um dos terminais de contêineres mais modernos da América do Sul. O valor da transação não foi revelado.

A aquisição é o primeiro investimento realizado dentro da estratégia de transporte e logística da área de infraestrutura da Vinci. "Estamos buscando ativos nesse segmento há algum tempo, dis-

putamos aeroportos, fizemos análises de ativos de rodovias e portos, e agora acertamos com o Porto Pontal, um projeto que já namorávamos há um bom tempo", disse José Guilherme Souza, sócio da Vinci e head de infraestrutura, ao Pipeline. "O projeto tem mérito de localização estratégica e de calado relevante, sem amarras de terminal em porto público."

A capacidade do Porto Pontal na primeira fase, que deve ser concluída em cerca de quatro anos, será de 1,5 milhão de TEUs (contêineres de 20 pés). Na fase final, dobra esse volume, para 3 milhões de TEUs. O Porto Pontal é um projeto que a JCR tenta

desenvolver há quase uma década, entre embates de licenças, regulações e financiamentos. A Vinci assume o projeto já com essa etapa concluída, para a fase de obras.

"Nossa próxima aquisição deve estar ligada a uma das privatizações de companhias de docas", adianta o executivo. A Vinci avalia entrar no leilão da Codesa, do Espírito Santo, que deve ser um dos primeiros do cronograma público - o fundo já tem uma equipe debruçada na análise há quatro meses. O fundo também tem particular interesse nas privatizações dos portos de Santos e São Sebastião.

Pipeline Valor